



ATA Nº 02/2014

Aos 5 dias de março do ano 2014, no edifício dos Paços do Município e sala de reuniões, reuniu-se a Assembleia Municipal de Espinho, para a segunda reunião da primeira sessão ordinária do ano de 2014, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Guy Alberto Correia da Costa Viseu e secretariada por José Manuel Carmo da Silva e Maria Alexandra Flor Pinho Silva Bastos, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Assuntos agendados para o período de antes da ordem do dia;
2. Atividade levada a cabo pela CPCJ de Espinho em 2013;
3. Representantes da Assembleia Municipal em diversas instâncias;
4. Relatório da Inspeção Geral de Finanças "Controlo de Despesas com Pessoal – Auditoria ao Município de Espinho
5. Propostas que visam prosseguir as atribuições da autarquia;
7. Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal;

Ao abrigo dos n.ºs 2 e 3 do Regimento desta Assembleia, a reunião iniciou-se às 21h30 dado que à hora inicialmente designada não se encontrava presente a maioria do número legal dos membros desta Assembleia.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Joaquim José Pinto Moreira e pelos vereadores Leonor Cristina Costa Matos Lêdo da Fonseca e Quirino Manuel Mesquita de Jesus.

Foi verificada a presença dos **Vogais**: Ricardo Bastos Sousa, Ana Paula Pereira Belinha, Paulo Jorge Alves Moreira de Castro, Bernardo Coelho de Lacerda Machado, António Manuel Pinto de Oliveira, Luís Miguel Perdigão Carvalho Pinto, Ângelo Fernando da Naia Cardoso, José Emanuel Teixeira Carvalhinho, Maria Aurora da Costa Pereira Morais e Vingada, Alfredo Domingues da Rocha, Jorge Eduardo da Nave Pina, Pedro Nuno Oliveira Tavares, Rosa Martins de Freitas Duarte, Henrique José Pedro Cierco, Jorge Manuel Pinto Oliveira Carvalho, Ana Cecília Alves de Campos Lopes Rezende, Manuela Alexandra Miranda Pinto Vilares da Silva e dos **Presidentes das Juntas de Freguesia**: Nuno Pinto de Almeida, Rui Manuel Martins Torres, Manuel de Oliveira Dias e José Marco Cunha Rodrigues.

O Presidente da Assembleia deu nota dos pedidos de substituição dos vogais Rita Figueiredo Reis Rola por Maria Susana Gomes de Castro Valente.

Verificado o quórum, o Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião e disse que iriam prosseguir com os pontos englobados no período de Antes da Ordem do Dia.

Manuela Vilares (BE): “Moção contra as nomeações dos aparelhos partidários para cargos públicos: Recentemente foi dado a conhecer uma tese de doutoramento de uma investigadora do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro, que analisou 11 mil nomeações em 15 anos e concluiu que a maioria serviu para recompensar lealdades partidárias. Na investigação da Universidade de Aveiro foram detetados dois tipos de motivações por trás das nomeações para cargos na cúpula da administração central: o “controlo de políticas públicas” e a “recompensa por serviços prestados anteriormente ou em antecipação aos mesmos”. As conclusões apoiam-se numa base de dados de 11 mil nomeações e em entrevistas a “51 dirigentes políticos, ministros e observadores privilegiados da política portuguesa”, que, “na sua larga maioria, confirmam essa influência partidária”. “Há um alinhamento [ideológico] entre os partidos que estão no governo e as pessoas à frente” da administração pública. Conclui também o estudo que, “Há uma preocupação de a pessoa que foi nomeada, em contactar o ministro antes de tomar decisões”. “Quando o ministro não consegue nomear a cabeça da instituição”, acaba por indicar pessoas para cargos mais baixos. A influência dos partidos que têm exercido o poder nas nomeações da administração pública é há muito conhecida, sendo causadora dos maiores problemas do país, já que provoca um impacto económico extremamente nefasto. Ainda recentemente a própria Comissão Europeia criticou Portugal por falta de estratégia anticorrupção. Assim sendo, a Assembleia Municipal de Espinho, reunida em 28 de fevereiro de 2014, Reprova, em nome da transparência, do rigor, da ética, dos valores democráticos e pela credibilidade das instituições, este tipo de práticas que colocam em causa a democracia e o normal funcionamento das instituições.”

Intervenções:

Ricardo Sousa (PSD) disse que aquele tipo de moções de cariz nacional não decorriam das competências daquela assembleia ou do município e não deviam ser apresentadas na assembleia municipal por uma questão de especialidade do órgão em que estavam e para que foram eleitos. Que existiam órgãos próprios para tratar de assuntos a nível nacional e outros para assuntos a nível local. Que não era uma perspetiva de defesa do governo mas era uma perspetiva que tinha independentemente do governo em exercício.

José Carvalhinho (PS) disse que era uma questão de base nacional, contudo, não podia deixar de fazer algumas observações sobre algumas partes do texto que lhe pareciam preocupantes e que podiam induzir em erro as pessoas. Que fora uma prática generalizada e que afetava todo o espectro político partidário nacional, contudo considerava que a prática democrática é fomentadora e regulamentadora destas práticas políticas menos boas e que o estudo feito o referia. Quanto mais interventiva fosse mais inibidora era a tentação dos partidos tomarem o poder da administração pública. Que havia uma parte do texto que lhe parecia um pouco confusa, e com a qual se sentia pouco confortável, quando parecia associar uma componente de nomeações com corrupção. Disse que não concordava com aquela parte do texto porque achava perigoso e uma generalização demasiada complicada e pouco objetiva.



Que aquele estudo demonstrava de forma inequívoca que havia necessidade de criação de regras, praticas e procedimentos claros nas nomeações para o aparelho de estado e que devia ser alvo de um alargado consenso político em que todos os partidos pudessem participar na construção desse consenso.

Jorge Carvalho (CDU) disse que apoiava aquela moção. Que não lhe parecia correta a teoria de que eram uma ilha e que só tinham de falar naquilo que se passava dentro daquela ilha. O que estava em questão não se passava só a nível nacional ou central mas passava-se também a nível autarquico, onde eram escolhidas pessoas para os cargos, nem sempre em função da sua competencia mas em função da simpatia partidária. Que era verdade que qualquer governo que chegava ao poder dizia querer alterar aquelas práticas e fazer uma lei para impedi-las. Entendia que deviam existir normas para explicar como eram nomeadas as pessoas com regras claras e transparentes Que muitas vezes os concursos eram feitos à medida para regularizar situações.

Ricardo Sousa (PSD) disse que a sua perspetiva sobre a discussão dos assuntos nacionais foi sempre a mesma. Que aqueles documentos em série não acrescentavam nada ao debate politico que se fazia naquela assembleia. Voltou a reafirmar que o PSD entendia que aquele não era o forum indicado para discussões de cariz nacional, independentemente de quem fosse governo.

Votação: Aprovado com 13 votos a favor e 12 abstenções

Manuela Vilares (BE): Moção contra os cortes nas bolsas atribuídas pela FCT.

Sobre este assunto fez referência a entrevistas a espinhenses que fazem investigação na universidade do Porto, após o que procedeu à leitura da moção que a seguir se transcreve: "Sabemos todas e todos dos recentes resultados relativos à atribuição de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, órgão que se autodefine como "a agência pública nacional para a ciência, tecnologia e inovação". As bolsas de investigação atribuídas pelo Estado, através da FCT, sofreram um corte inaceitável. Os números falam por si. Dos 3.416 candidatos a bolsas de doutoramento, só 298 receberam bolsa; no caso dos pós-doutoramentos, dos 2.305 candidatos só 233 foram contemplados. Estes cortes foram ainda acompanhados de atropelos inqualificáveis, como a alteração das pontuações anteriormente atribuídas pelos júris dos painéis (o que levou à demissão de, por exemplo, o Painel de Avaliação de Sociologia, que disse não ter sido informado das alterações nos resultados das candidaturas), ou como a claríssima desqualificação de áreas como as das Humanidades, essas cuja principal função e mais-valia é o ajudar a pensar, a discutir e a questionar. Assistiu-se, enfim, ao desrespeito pela educação e pelo avanço científico; assistiu-se ao desmantelamento de mais uma área fulcral para o avanço de um país: a da investigação. O investimento num ensino público de qualidade, assim como o investimento na investigação, é um passo fundamental para o combate ao retrocesso, à ignorância e ao atraso civilizacional. Um doutoramento ou um pós-doutoramento implica a demonstração de capacidade de criação de conhecimento novo e original, a capacidade de pesquisa, de dedicação e empenho. A sua

atribuição exprime dos mais elevados graus que uma universidade pode conceder. Uma cidade com ensino superior de qualidade e com investigadores de mérito, cuja pesquisa é financiada pelos nossos impostos, irá significar sempre uma melhoria do nível de vida, bem como a criação de formas mais harmoniosas de convivência. Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Espinho, reunida em 28 de fevereiro de 2014, tendo em conta a importância da investigação científica para o desenvolvimento dos territórios e da cidade de Espinho, delibera: 1 – Manifestar a sua preocupação e discordância pelos cortes nas bolsas de doutoramento e pós-doutoramento atribuídas pela FCT; 2 – Reclamar uma política de apoios públicos consistente e permanente à investigação e desenvolvimento de forma a melhorar o papel relevante do ensino superior.”

Intervenções:

Jorge Carvalho (CDU) disse que apoiava aquela moção porque a Fundação para a Ciência e Tecnologia dera uma machadada enorme nas bolsas que costumava atribuir. Disse que o governo tinha anunciado uma revisão profundíssima às fundações, que iria acabar com algumas delas. Aquela moção estava ligada com a anterior, visto que à frente da Fundação foram postas pessoas que defendem os interesses, não da ciência e da tecnologia mas o interesse do governo. Todos os dias se viam notícias de investigadores que faziam trabalho meritório e queixavam-se que estavam a cortar-lhes as pernas. Disse que o governo dava primazia às bolsas ligadas a empresas, Se alguém quisesse fazer uma investigação científica que não interessava às empresas apoiadas pelo governo, ao PSI20, aquelas investigações não interessavam. Disse que era importante que houvesse uma política séria de apoio à investigação e às bolsas. Disse que havia falsos bolseiros, que eram pessoas que não tinham emprego e arranjavam maneira de obter subsidio inventando um projeto qualquer.

Aurora Morais (PS) à semelhança do que já se ali tinha ouvido, disse que a única posição que poderiam assumir era de aprovar aquele documento e isso porque, Portugal não era só um país, Portugal era Portugal porque tinha portugueses. A economia girava porque tinha portugueses a trabalhar nela. Portugal tinha problemas científicos, tecnológicos que só podiam ser superados com intervenção da investigação. Não havia outra alternativa que não fosse a de promover a investigação tecnológica e promover o apoio daqueles que se dedicavam à investigação. Aquele assunto dizia respeito a todos inclusivamente aos Espinhenses, que tinha alguns investigadores e bolseiros que foram prejudicados pelos cortes apresentados nos últimos anos. Cabiam-lhes como Espinhenses aprovar aquele documento veemente porque era fundamental e importante ao desenvolvimento do país.

Jorge Pina (PS) disse que votaria a moção favoravelmente, primeiro em nome de uma Espinhense, D. Maria do Céu Figueiredo, que fez um descoberta importante na luta contra o cancro e segundo porque quando fora à Boston visitara o MIT, contactara com investigadores portugueses e que nenhum deles manifestara vontade de regressar a Portugal. Quando trabalhou na Holanda, nenhum dos alunos que estavam em engenharia aeroespacial regressou a Portugal. Por esses três motivos iria votar a favor da moção apresentadas.

Votação: aprovada com 14 votos a favor, 10 votos contra e 1 abstenção



Manuela Vilares (BE): "Moção Em Defesa dos Serviços Públicos: "Os serviços públicos são um garante de desenvolvimento e de democratização do acesso das populações a áreas como, por exemplo, a saúde e a educação. Quando devidamente infraestruturados e dotados de meios humanos, os serviços públicos garantem qualidade de vida e protegem as populações. Acontece que muitos dos serviços públicos existentes em Portugal têm sido desbaratados pelos governos; outros têm sido, de forma consciente e óbvia, alvo de desinvestimento e de uma estratégia de ruína. Recentemente, no concelho de Espinho, soubemos da intenção do Governo de desqualificar o tribunal instalado no concelho, que passa a ser (mera) instância local. O concelho já perdeu a estação dos CTT de Anta, perdemos o hospital e a linha do Vouga tem um funcionamento precário. Ora, tudo somado, estamos perante a degradação de vários serviços públicos no concelho, com um impacto direto e óbvio na vida das pessoas. Assim, a Assembleia Municipal de Espinho, reunida em 28 de fevereiro de 2014, delibera: 1 - Reconhecer os Serviços Públicos como um garante de qualidade de vida e de desenvolvimento, fundamental à população do concelho de Espinho; 2 - A necessidade de defender os mesmos e contrariar as notícias, intenções e algumas concretizações que têm levado à perda de qualidade destes serviços; 3 - Opor-se ao encerramento, falta de pessoal ou falta de meios, nas Finanças, na Saúde, na Educação ou na distribuição de correio postal."

Intervenções:

José Carvalhinho (PS) disse que considerava aquela moção oportuna, porque na passada sexta-feira estiveram unidos na defesa dos serviços públicos, concretamente do Tribunal de Espinho. Preocupante, como dizia no texto, era assistirem progressivamente ao esvaziamento de uma série de serviços que existiam em Espinho. Que tinham de ser fortes e determinados na defesa dos serviços públicos representativos no concelho de Espinho. Disse que o executivo camarário devia ter uma capacidade de intervenção, de defesa dos interesses da população espinhense maior do que aquela que tem revelado. Que na assembleia municipal, até outubro do ano passado, tiveram um Presidente que também era líder parlamentar do PSD. Que o governo era da cor partidária do executivo e que estava confiante que a capacidade de intervenção, de influência junto dos organismos do governo central fosse bastante maior do que aquela que na realidade era.

Presidente da Assembleia interveio para, em defesa da verdade, e relativamente ao oportunismo daquela moção, dizer que ela tinha entrado no período de antes da ordem do dia, antes da discussão do tribunal e que não tinha sido discutida na última reunião por falta de tempo.

Aurora Morais (PS) disse que o Tribunal não era só um serviço público. Era um local onde se exercia uma função de estado. Disse que o Tribunal já funcionara na Câmara Municipal, em pessimas condições, mas todos tinham orgulho no Tribunal de Espinho, que tinha uma historia e estatística de ser um excelente tribunal com uma pendência de processos razoavel. Que o que estava a acontecer com o tribunal era um "remake" do que acontecera com o hospital. Que há alguns anos para cá andavam lentamente a morrer, a perder os serviços. Disse que não sabiam

durante quanto tempo mais teriam oportunidade de estar ali sentados a discutir os interesses de Espinho, moções e recomendações porque um futuro muito negro se avizinhava. Durante muito tempo lutou-se para que Espinho pudesse ser uma cidade com vários serviços públicos, que assegurassem com qualidade esses serviços aos cidadãos e arbitrariamente estavam a retirar-lhes todos eles. Pediu ao Presidente da Câmara empenho e para insistir ainda mais junto do governo central pela defesa dos serviços públicos em Espinho.

Jorge Carvalho (CDU) disse que encontrou um jornal antigo onde se lia um artigo sobre o hospital de Espinho, em que o PSD referia que o protocolo feito pelo Sr. José Mota era mau, que Espinho não podia perder aquela infraestrutura. Disse que também tinham perdido o Delegado de Saúde, os serviços da EDP, e que o governo dissera que ia fechar 167 repartições de finanças e nessas talvez esteja incluída a de Espinho. Que as pessoas pagavam cada vez mais impostos e os serviços estavam cada vez mais longe das populações. Disse que apoia a moção do BE

Ricardo Sousa (PSD) considerava que a união de esforços para lutar contra o encerramento de alguns serviços no concelho era uma luta absolutamente justa, à qual o PSD nunca deixara de se associar bem como a outras anteriores. Que era preciso distinguir o encerramento de serviços públicos. Que isso podia significar uma de duas coisas: ou perda de influência ou, não só racionalização de custos mas também que as transações e os serviços operavam de maneira completamente diferente, como por exemplo, no serviço de finanças em que a entrega de declarações on-line representa mais de metade das declarações entregues. Que há serviços que perderam muito em afluência e estavam hoje sobredimensionados. Que o memorando de entendimento assinado em maio 2011 fazia referência ao encerramento de alguns serviços de finanças. A delimitação dos concelhos fora feita de forma a que as pessoas não demorassem mais de um dia a chegarem a sede do concelho e isso datava do século 19. Que hoje a proximidade que as pessoas tinham à administração é completamente diferente e quer se queira ou não, as valências que o hospital de Espinho poderia oferecer não se comparavam às que tinham a uma distância de cerca de 10 minutos, no Hospital Santos Silva. Que em Espinho muitos serviços públicos fechavam porque, nas últimas décadas, Espinho perdera muito em termos de influência a nível nacional. Surpreendia-o era que fosse uma vogal do PS a dizê-lo, quando o PS esteve 16 anos na Câmara Municipal e não participara nem mostrara qualquer tipo de preocupação em relação a esse assunto. Nesses 16 anos foram eliminados muitos postos de trabalho e não houve políticas municipais que tentassem responder ao fenómeno. Era um fenómeno que se arrastava há muitos anos e que demoraria muitos anos a inverter.

Jorge Pina (PS) protestou dizendo que compreendia agora, com a intervenção do vogal Ricardo Sousa, como eram tratadas as questões. Que os serviços fechavam por uma questão de reorganização, por uma questão económica. Lamentava a situação das pessoas com baixos salários e pensões que eram obrigados a gastarem dinheiro para se deslocarem aos serviços.

Aurora Morais (PS) disse que o serviço público tinha de ser assegurado pelo Estado e no memorando da Troika que lera não dizia em lugar nenhum quais os serviços públicos que



tinham de encerrar. Referiu a necessidade de tornar a administração pública eficiente. Disse não corresponder à verdade o facto de Espinho estar a perder as valencias há 16 anos. O processo iniciara-se com o Hospital de Espinho, que, tinham de reconhecer, não possuía as condições devidas para funcionar. Que o Tribunal de Espinho, para além de ter todas as condições, nele fora gasto, recentemente, 30 mil euros numa sala de audiencias que passaria a estar fechada.

Votação: Aprovada por unanimidade.

Manuela Vilares (BE): "Moção Espinho e as verbas do Quadro Comunitário 2014/2020

A prevista atribuição de verbas no âmbito do próximo quadro comunitário tem suscitado discussão pública. E com toda a razão. Não apenas pela dimensão dos fundos disponibilizados (aos 21 mil milhões de euros dos programas temáticos e regionais acrescem 3,5 mil milhões para o desenvolvimento rural), mas principalmente porque ao longo dos diversos Quadros Comunitários de Apoio tem ocorrido uma distribuição dos recursos financeiros em prejuízo da região Norte, a 37ª região mais pobre da U.E. Há demasiado tempo, a região Norte tem vindo a apresentar o mais baixo PIB per capita do país. E entre 1997 e 2007 o PIB regional baixou, apesar dos mais de 3 mil milhões de euros atribuídos. A centralização na distribuição dos fundos deu mau resultado. A necessidade de maior equidade na distribuição inter-regional dos fundos estruturais é bem evidente. E no combate contra as assimetrias regionais, a intervenção das regiões e dos municípios quanto aos montantes e às áreas de aplicação dos fundos é essencial. No âmbito das designadas infraestruturas de elevado valor acrescentado, não é previsto o reforço da infraestrutura aeroportuária ou da rede de ferrovia ligeira (metro) e pesada para melhorar a mobilidade entre as populações dos concelhos da área metropolitana do Porto. E para a reabilitação urbana e requalificação de equipamentos como os da linha do vouga, não há ainda garantias de atribuição de verbas comunitárias. Na definição das políticas do agora designado Acordo de Parceria (AP 2014-2020) há sinais inquietantes: entidades de âmbito regional como os Conselhos Regionais ou as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento, não estão representadas nos órgãos de gestão central ou nas estruturas de acompanhamento. É uma Comissão Interministerial de Coordenação que tudo dirige e tudo controla. A passagem da gestão dos fundos europeus para a Presidência do Conselho de Ministros é a insistência no centralismo de tão desastrosas consequências. É o reforço das desigualdades territoriais. E a recente decisão governamental de extinguir a Direção Regional da Economia do Norte ou o discurso dominante contra todo o investimento público, só agravam as assimetrias regionais. Sem a regionalização administrativa, inscrita na Constituição de 1976, não há equidade territorial nem progresso social. Sem regionalização não há responsabilização pela aplicação Bloco de Esquerda – Assembleia Municipal de Espinho das verbas comunitárias. Sem investimento público gerador de emprego e socialmente útil, agravam-se as desigualdades sociais. A Assembleia Municipal de Espinho, reunida em 05 de março de 2014, tendo em conta a importância do município de Espinho no contexto do noroeste peninsular, na região Norte e no país, defende: 1 – Que o município de Espinho seja parceiro efetivo (e não virtual) no processo

de distribuição e controlo da aplicação de fundos comunitários; 2 – Que seja desbloqueado o processo da regionalização administrativa, para alcançar a coesão territorial do país e permitir a responsabilização política na utilização dos financiamentos públicos; 3 – Que o investimento público com impacto social seja ativado como gerador de emprego e resposta à situação de depressão económica e social particularmente grave nesta região.

Intervenções:

Presidente CME interveio para dizer que compreendia perfeitamente aquela moção do BE, na qual tinha a bondade de alertar para a problemática dos Fundos Comunitários, designadamente para o próximo quadro comunitário de apoio 2014 – 2020 designado por Portugal 2020 e onde se pretendia que a Câmara Municipal de Espinho estivesse atenta à forma de distribuição dos Fundos Comunitários que seriam, durante os próximos 7 anos, a única fonte de financiamento do Estado Português e das Autarquias Locais para o investimento público. Mas que aquele documento, apesar da bondade inicial, tinha algumas imprecisões e algumas correções. Em primeiro lugar confundia alguns conceitos, intrmetendo a regionalização com os fundos comunitários e não atendia ao facto do próximo quadro comunitário de apoio, tal como estava definido no acordo de parceria celebrado entre o Estado português e a União Europeia, fazer uma distribuição que julgava justa e equilibrada, equitativa e sensata, do próximo pacote comunitário para Portugal.

Disse que no documento apresentado não estava refletido, o reforço da distribuição destas verbas pelas chamadas regiões de convergência, ou seja 93% do pacote destinado a Portugal será distribuído pelas regiões mais pobres e os restantes 7% por Lisboa, Algarve e Madeira. No que dizia respeito à região norte, havia um reforço substancial do pacote financeiro, que, no âmbito do QREN, passava de 2,6 mil milhões de euros para cerca de 3,3 mil milhões de euros. Esse pacote não era só no âmbito dos Programas Operacionais Regionais, mas também no âmbito do chamado fundo Social Europeu, que sempre esteve excluído das regiões. Disse que eram boas notícias para Portugal e em particular para o norte e em concreto para a nossa região. Disse estar convicto que a região norte saberia aproveitar bem aqueles fundos comunitários para, nos próximos 7 anos, produzir algum investimento e afetando o grosso daquele dinheiro para o investimento privado, ou seja, para uma injeção de capital na economia privada, gerando empregabilidade, inovação, tecnologia, conhecimento, etc. Dos onze eixos prioritários definidos pela região norte, no âmbito da CCDR, para afetação daqueles fundos comunitários havia uma parte substancial, cerca de 70% que ia para a economia real e para o combate a exclusão social. Disse ainda que estava de alguma forma de acordo com a moção no que tinha a ver com a preocupação relativamente às áreas metropolitanas, que hoje tinham competência e *know-how* para gerir elas próprias a distribuição daqueles fundos comunitários, sem dependência das opções de Lisboa, no que dizia respeito à própria gestão direta dos vários programas associados ao acordo de parceria. Esperava que o que tinha sido dito pelo Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional se concretizasse. Sobre a preocupação manifestada pela vogal do BE quanto a Espinho, disse que o QREN 2007-2013, que terminava a sua



execução financeira e física até junho de 2015, fora um pacote que na sua perspetiva teve no que diz respeito a Espinho, duas fases distintas, uma de mau aproveitamento dos fundos comunitários e outra de melhor aproveitamento desses fundos e que não tinha dúvidas que a fase boa fora entre 2009 e 2013 onde a atual Câmara Municipal tivera alguma capacidade, para naquilo que eram os restos do pacote financeiro do QREN, conseguir buscar bastante dinheiro para Espinho. Tinham 3 escolas em fase de construção, estavam a construir a valorização do litoral, iam buscar agora dinheiro para a defesa da costa, representando cerca de 20 milhões de euros de investimento nos últimos 3 anos e que a Câmara tinha conseguido ir no QREN. Que o município fizera em pouco tempo aquilo que outros estiveram anos e anos para preparar. Que estava convencido que no que dizia respeito ao Portugal 2020 não iam cometer os mesmos erros. Que mal os respetivos regulamentos estivessem aprovados pela União Europeia, iriam submeter tudo o que fosse possível a candidaturas comunitárias, não só para o investimento público pela Câmara Municipal, mas também desafiar os agentes locais, as empresas, as IPSS e associações para, em conjunto, angariarem dinheiro para investir.

José Carvalhinho (PS) disse que ficou surpreendido com o discurso tão otimista do Presidente da Câmara. Quando olhava para o plano plurianual de investimentos apresentado no orçamento não via nenhum novo investimento, apenas via continuação da obra. Ficava preocupado com a falta de estratégia que era vinculada e demonstrada naquele documento. Partilhava de algumas das opiniões do Presidente da Câmara, mas queria lembrar que a Comissão Permanente do Conselho Regional da CCDRN, da qual o município de Espinho fazia parte, referia no passado mês de fevereiro que: “o passado não dá grandes garantias de uma distribuição justa dos recursos. Em todos os períodos de programação desde 1989 até 2013 foram alocados à região do norte menos fundos comunitários per capita do que a qualquer outra região NUTS II em idênticas condições de ilegitimidade”. Disse que queria recordar que já teria sido o atual governo que alargou a região de Lisboa até Leiria. Que a parte do FEDER iria representar muito mais componente do que o programa operacional e que, naquela linha, estavam completamente de acordo com aquilo que são as recomendações emanadas do Conselho Regional do Norte sobre o modelo de governação e sobre aquilo que eram as grandes discussões que se faziam quanto à capacidade das autarquias e das assembleias regionais terem um papel mais ativo na utilização desses recursos. Disse que também não lhe parecia adequado misturar a regionalização com aquele programa, pelo que achava que se devia votar aquela moção por pontos.

Jorge Carvalho (CDU) disse que aquele tema era importante. Que o Presidente da Câmara era otimista porque estava convencido que as promessas feitas seriam cumpridas. Quando chegasse o momento da distribuição real e efetiva entrava a pressão dos *lobbies* e corria-se o risco de pouco ou nada receber. Que o dinheiro entrava em Portugal mas não servia a economia real. Quando o referendo sobre a regionalização fora efetuado, votara a favor. Atualmente, não sabia se votaria ou não porque constatou a facilidade com que o dinheiro era gasto, como por exemplo no caso da Madeira.

Ricardo Sousa (PSD) Em relação ao Presidente do Governo Regional da Madeira e à utilização dos fundos comunitários, com muitos defeitos que se lhe podiam apontar, via-se para onde tinha ido o dinheiro, em túneis, estradas e outras coisas, via-se no desenvolvimento do arquipélago. Sobre o documento em apreço, havia alguma imprecisões e a parte deliberativa não era minimamente consequente com o texto da moção, além de ser inócua. Que a regionalização nada tinha a ver com o assunto. Que os municípios precisavam de aproveitar os fóruns onde estão associados, nomeadamente as SIMPs para fazer aquela gestão e reivindicação. Que lhe parecia que do ponto de vista dos princípios, o acordo de parceria era um acordo que apontava no sentido correto. Que o governo tinha uma preocupação com a aplicação dos fundos, não só do presente quadro comunitário como com o anterior. Disse que sobre o ponto 1 da moção não podia votar favoravelmente porque o município era efetivamente um parceiro efetivo e quanto ao ponto 2 disse votar contra porque traria mais problemas na aplicação dos fundos.

Presidente da Assembleia disse ser perigoso deduzir de meias verdades uma verdade conclusiva. Que era evidente que muitos fundos comunitários não tiveram a distribuição e a aplicação que deviam ter tido, mas existiam em Portugal exemplos claros de boa aplicação dos fundos comunitários e deu como exemplo a indústria do calçado.

Presidente CME interveio para dizer que desde que tomaram posse o município sempre fora um agente interventivo na captação dos fundos comunitários e que estavam atentos a todas as oportunidades de captação de fundos comunitários para Espinho, contrariamente a outros que desperdiçaram mais de 11 milhões de euros para fazer escolas novas, perdendo esse dinheiro, o que levou a que a atual câmara tivesse de renegociar esse pacote financeiro. Que enquanto municípios ao lado, fizeram 3 requalificações da frente marítima com fundos comunitários, Espinho nunca fizera nenhuma, desaproveitando esses fundos e que isso não iria acontecer com a atual Câmara. Disse que o quadro comunitário de apoio era muito claro nas suas intenções, uma vez que as verbas que estavam afetas a obra pública, a construção de infraestruturas eram exíguas, portanto não haveria mais dinheiro para estradas, para escolas, para pavilhões, permitindo apenas que, em alguns casos se concluam investimentos em curso. Que o próximo quadro comunitários de apoio mudava completamente o paradigma da atribuição de verbas, pelo que a camara iria estar atenta.

Manuela Vilares (BE) disse que retirava o ponto 2 daquela moção.

Votação: aprovado com 13 votos a favor e 12 abstenções

José Carvalhinho (PS): "Recomendação sobre o Estatuto da Oposição – Lei nº 24/98: Considerando que o Executivo Camarário tem sistematicamente ignorado e incumprido com o disposto na Lei n.º 24/98, de 26 de maio. Os vogais do Partido Socialista eleitos para Assembleia Municipal recordam à Câmara Municipal que é obrigatória a elaboração pelos órgãos



executivos das autarquias locais de relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias previstos na Lei n.º 24/98, de 26 de maio, até final do mês de março do ano subsequente àquele a que se refira, que deve ser enviado aos titulares do direito de oposição a fim de que sobre ele se pronunciem. Nos termos legais (art.ºs 38.º n.º 1 alínea t) e 68.º n.º 1 Alínea x) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro) é da competência do Presidente da Câmara Municipal promover a publicação do relatório de avaliação. Os Vogais do Partido Socialista propõem que a Assembleia Municipal de Espinho reunida na sua 1ª sessão ordinária de 2014, em 28 de fevereiro, recomende à Câmara Municipal que cumpra com rigor as disposições legais acima invocadas e decorrentes da Lei nº24/98, de 26 de maio.

Jorge Carvalho (CDU) disse que apoiava o documento e que só tinha pena que, no anterior executivo, os vogais do PS não tivessem sustentado aquela posição.

Ricardo Sousa (PSD) referiu que o PSD se associava aquele documento e que iam votar a favor no sentido de que se fizesse cumprir a lei. Que, na sua opinião, o executivo prestava toda a informação pedida e que nada tinha a esconder. Deixava a seguinte observação, já feita pelo vogal Jorge Carvalho, de que o PS na altura em que era poder não tinha aquelas preocupações com o estatuto da oposição, sendo certo que aqueles relatórios também não eram entregues.

Jorge Pina (PS) disse que no último mandato da atual Câmara, tinham elaborado vários requerimentos dirigidos à mesa da Assembleia Municipal e que a nenhum deles a Câmara dera resposta. Sabia que quando a Câmara era PS também o PSD tinha elaborado requerimentos e que não foram respondidos. Que a sua posição era de justiça e que o que estava a ser solicitado não era nada de mais. Era apenas cumprir com as obrigações.

Presidente CME disse que aquele executivo sempre teve e sempre teria um profundo respeito pela oposição, e disso era prova a presença constante do Presidente da Câmara nas assembleias municipais, coisa rara no passado, para prestar os esclarecimentos que lhe eram solicitados. Se houve um ou outro requerimento que ficou sem resposta escrita, tinham oportunidade de o questionar oralmente nas assembleias municipais.

Votação: aprovado com 24 votos a favor e 1 abstenção.

A vogal Ana Rezende (CDU) pediu a palavra para propor que o documento aprovado por unanimidade na última reunião sobre as implicações da lei da reorganização do sistema judiciário e respetiva regulamentação no tribunal de Espinho, fosse enviado, para além das entidades constantes no mesmo, à Procuradoria-Geral da República, à Provedoria de Justiça, ao Comando Geral da PSP, às Diretorias da Polícia Judiciária, aos Sindicatos das Polícias.

Votação: aprovado por unanimidade

Ordem do Dia

Ponto 2: Atividade levada a cabo pela CPCJ.

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Município de Espinho, Dr. Carlos Luís Gaio, a fim de prestar esclarecimentos sobre a atividade desenvolvida pela CPCJ.

Intervenções:

Aurora Morais (PS) disse que o trabalho levado a cabo pela CPCJ, a articulação feita com todos os intervenientes, era fantástico e que estavam de parabéns. Agradeceu a dedicação e empenho daquela comissão, cujo trabalho era feito em péssimas condições e considerava insuficiente a quantidade de técnicos. Questionou o que aconteceria ao trabalho da CPCJ quando tiver de se deslocar ao tribunal de Santa Maria da Feira.

Alexandra Bastos (PSD) deu os parabéns à Comissão dizendo que trabalhava de uma forma eficiente no concelho, sendo essa a opinião generalizada de todos. Que o modelo das CPCJ instalado pelos vários municípios era um apoio imprescindível na área social e de proteção das crianças e jovens em risco, funcionando em articulação com a Comissão Nacional. Estavam de parabéns pela articulação e comunicação com a comunidade escolar. Que a saída do tribunal de Espinho das competências de família e menores, tornaria mais difícil o acesso ao direito por parte daquelas comunidades mais carenciadas, pelo que pediu a mobilização de todos os presentes para os movimentos que se iam gerar à volta daquele problema.

Jorge Carvalho (CDU) disse que tinha acompanhado a atividade da Comissão e que existira uma Comissão antes do Dr. Carlos Luis e outra depois, sendo ele o homem chave para aquele lugar. Que melhorara sensivelmente aquela situação. Questionou o facto de, no futuro, o governo manter as comissões concelhias e disse que, mesmo que as mantivessem, se perderia qualidade no acompanhamento daqueles casos.

Ana Rezende (CDU) endereçou ao Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Município de Espinho, Dr. Carlos Luís Gaio, os seus parabéns e disse que, segundo os números de há dois anos, o distrito de Aveiro era o distrito com mais crianças para adoção e no concelho de Espinho não se registava quase caso nenhum de crianças para adoção. Que isso, devia-se ao trabalho da CPCJ, à articulação e ao acompanhamento dos jovens por aquela comissão.

José Carvalhinho (PS) disse querer reforçar a nota de apreço pelo trabalho da CPCJ da qual se podiam orgulhar porque funcionava efetivamente. Que se poderia estranhar o aumento dos casos entre os 11 e os 17 anos, mas isso explicava-se com a alteração do estatuto do aluno e da ética escolar em 2012, que tornou a forma de comunicação com a CPCJ muito mais célere. Todos os casos que as escolas não conseguiam tratar eram automaticamente comunicados à CPCJ, como, por exemplo, bastava a ausência de matrícula para que o caso fosse comunicado. Perante aquele crescer de casos, era preocupante o facto de Espinho perder a valência do Tribunal de Menores e de Família.

Presidente da Assembleia louvou o trabalho, a dedicação, o sacrifício, a capacidade de mobilização da CPCJ. Que era um privilégio para o concelho de Espinho ter uma comissão com pessoas que se dedicam com empenho a um trabalho árduo, difícil e muitas vezes sem compensações e sem louvores. Que não podia desassociar o trabalho daquela comissão do apoio, grande ao pouco, dado pelo executivo para o desenvolvimento da Comissão, pelo que deixava registada uma nota de agradecimento ao executivo camarário. Que receava, como ali já fora dito, que Espinho não conseguisse manter no Tribunal de Espinho a valência de Família e



Menores, e que se pudesse perder o trabalho desenvolvido e a motivação para fazer um trabalho melhor no futuro.

Presidente CME disse que subscrevia as referências elogiosas que foram feitas à CPCJ, agradeceu e reconheceu o trabalho que o Dr. Carlos Luis Gaio fizera enquanto representante do município naquela comissão, estendendo aquele agradecimento e reconhecimento a todos os membros da CPCJ. Respondendo a vogal do PS, Aurora Morais, disse que a CPCJ desenvolvia o seu trabalho em boas e adequadas condições, embora não ideais, que tinha um quadro de técnicos e funcionários dirigidos pelo Dr. Carlos Luis Gaio adequado e que respondia às necessidades.

Ponto 3: Representantes da Assembleia Municipal em diversas instâncias.

Presidente da Assembleia informou que tinham sido propostos como candidatos para integrarem a **Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Município de Espinho** os vogais António Manuel Pinto Oliveira, Jorge Eduardo da Nave Pina, Maria Alexandra Flor Bastos e Manuel de Oliveira Dias (Presidente da Junta de Freguesia de Paramos)

Votação: 20 votos a favor, 4 votos em branco e 1 voto nulo, estando presentes 25 membros.

Para representante no **Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centro de Saúde de Espinho/Gaia**, a candidata Dra. Rosa Maria Castro.

Votação: 15 votos a favor, 8 votos em branco e 2 votos nulo, estando presentes 25 membros.

Para representante no **Conselho Municipal de Educação**, o candidato Senhor Rui Manuel Martins Torres, Presidente da Junta de Freguesia de Espinho.

Votação: 19 votos a favor, 5 votos em branco e 1 voto nulo, estando presentes 25 membros.

Para representante na **Comissão Concelhia de Saúde de Espinho**, o candidatado Dr. José Augusto Ferreira de Campos.

Votação: 18 votos a favor, 6 votos em branco e 1 voto nulo estando presentes 25 membros.

Para representante na **Assembleia Distrital de Aveiro**, o candidato Dr. José Manuel Carmo da Silva.

Votação: 23 votos a favor e 2 votos em branco estando presentes 25 membros.

Para representante no **Conselho Municipal de Segurança** os candidatos Coronel Armando Jacinto, Eng.º Manuel Francisco Ferreira da Rocha e Eng.º Jorge Ribeiro.

Votação: 12 votos a favor, 11 votos em branco e 2 votos nulos, estando presentes 25 membros.

Nos termos regimentais, o Presidente da Assembleia abriu o período para intervenção do público presente e, não havendo qualquer intervenção, deu por encerrada a reunião,

procedendo à marcação de nova reunião para continuação dos trabalhos para o dia 14 de março de 2014, pelas 21h00.

As deliberações tomadas na presente reunião foram aprovadas em minuta ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do nº 4 do artigo 60.º do Regimento desta Assembleia.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 60º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Gestão Administrativa e Financeira, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal,

A Funcionária Municipal,
